

	Ata da Reunião		
	Assunto: Reunião da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas		
	Local: sala 310, Anexo II	Horário: 14h00min	Data: 18/04/2024

Participantes: Desembargador Antônio Adonias Aguiar Bastos (Presidente COGEPAC);
Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz;
Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus;
Desembargador Edson Ruy Bahiense Guimarães;
Juíza Sílvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho;
Juíza Adriana Sales Braga;
Juiz Humberto Nogueira;
Líbia Maria Almeida de A. F. Lima - Servidora; e
Rafael Oliveira Saraiva – Servidor

Atividades

No dia 18 de abril de 2024, os membros da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz, Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus; Desembargador Edson Ruy Bahiense Guimarães, Desembargador Antônio Adonias Aguiar Bastos, Juíza Sílvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho, Juíza Adriana Sales Braga, Juiz Humberto Nogueira, com a participação dos servidores, Líbia Maria Almeida de Andrade F. Lima e Rafael Oliveira Saraiva, reuniram-se presencialmente na sala 310 N, do Anexo II do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

A servidora Louise Cunha Rego justificou a sua ausência, informando encontrar-se em fruição de licença médica.

Ao dar início à reunião, o Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas (COGEPAC), Desembargador Antonio Adonias, explicou que o adiamento da última reunião decorreu da realização de visita institucional ao Presidente da COGEPAC/STJ, agendada para o mesmo dia. Em seguida, apresentou os pontos 1 a 6 da pauta a seguir.

1. VISITA INSTITUCIONAL

O Desembargador Antonio Adonias comunicou que no dia 21 de março compareceu ao Superior Tribunal de Justiça, na Cidade de Brasília, para visita institucional ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas, Ministro Rogério Schietti.

2. CUMPRIMENTO DA META DO PRÊMIO CNJ QUALIDADE

O Presidente da Comissão Gestora de Precedentes comunicou a incursão junto aos Desembargadores Relatores dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) admitidos, com a finalidade de impulsionar a apreciação dos incidentes e o cumprimento da meta de julgamento de mérito dos IRDRs definida como requisito para o Prêmio CNJ Qualidade

Na oportunidade, destacou a situação de cada Tema IRDR (2, 12 e 16) elegível ao prêmio indicado e apresentou, com base em dados extraídos do sistema informatizado do NUGEP, o quantitativo de processos sobrestados por cada tema. Ademais, ressaltou que, excetuando-se o Tema 16, transitado em julgado, os demais

Adriana Sales Braga

[Handwritten signatures]

a aguardam decurso de prazo de recursos internos e dirigidos aos Tribunais Superiores.

3. EXPEDIENTE ENVIADO PARA COMISSÃO DE REFORMA

O Desembargador Antonio Adonias informou que foi enviado expediente à Comissão Permanente de Reforma Judiciária, Administrativa e Regimento Interno, com a finalidade de corrigir duplicidade de texto entre alíneas e incisos do art. 119-B do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, que disciplina as atribuições da COGEPAC.

4. REUNIÃO COM A COORDENADORA DA DIRETORIA DE PRIMEIRO GRAU (DPG)

O Presidente da COGEPAC informou que a convite da Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medauar, Coordenadora da Diretoria de Primeiro Grau, participou de reunião em que discutiu a possibilidade de identificação de temáticas (precedentes qualificados) a serem aplicáveis aos processos em trâmite nas Varas da Fazenda Pública, Cíveis e do Consumidor, por meio de automação, e a apresentação de sugestão de minuta no fluxo do sistema judicial do magistrado, de modo a contribuir com o gerenciamento do acervo de processos nas Unidades.

A Desembargadora Joanice Maria Guimarães de Jesus concordou que a Comissão tem o papel de contribuir com a instrumentalização da justiça e acrescentou a importância da atuação do magistrado para, após o resultado sugerido pela automação, analisar o caso concreto e identificar eventual distinguish.

Neste momento, a Juíza Assessora da 2ª Vice-Presidência, Dra. Silvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho, mencionou a relevância da automação na identificação de litigância predatória e abordou, em síntese, sobre notícias recebidas pelo Centro de Inteligência da Justiça Estadual da Bahia, as quais serão examinadas em reunião específica do Centro para tratar das matérias. A Desembargadora Ivete Caldas compartilhou boas práticas adotadas no Conselho do Sistema de Juizados Especiais e a Desembargadora Joanice Maria Guimarães mencionou estudo enviado para a 2ª Vice-Presidência em 2020, resultante da participação de curso ministrado pela ENFAM.

O Desembargador Antonio Adonias solicitou aos membros da COGEPAC a indicação de pelo menos um tema a ser apresentado à Desembargadora Coordenadora da Diretoria de Primeiro Grau, de forma a colaborar com a ação acima mencionada. Na oportunidade, Dra. Silvia Lúcia Bonifácio Andrade de Carvalho ficou com a incumbência de identificar um tema na área de consumidor/cível.

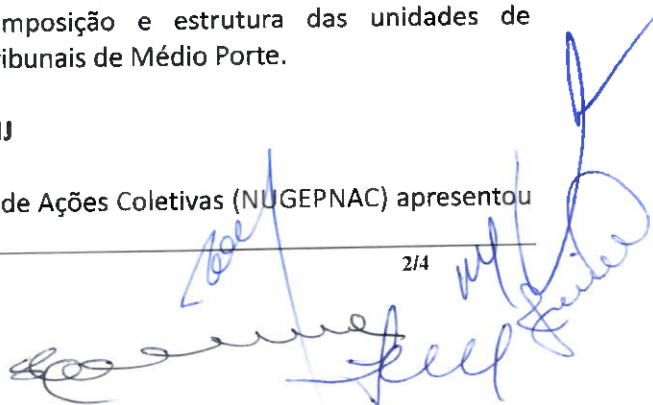
5. APRESENTAÇÃO DA CARTA DE CUIABÁ

A Juíza Assessora da 2ª Vice-Presidência, Dra. Silvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho, falou sobre os principais pontos discutidos no Encontro de Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça realizado em Cuiabá e apresentou a Carta firmada pelos participantes ao final do evento, destacando os compromissos a seguir: a seleção e envio de pelo menos um recurso representativo da controvérsia por mês pelas Vice-Presidências dos Tribunais; o fortalecimento da instauração e julgamento dos incidentes de resolução de demandas repetitivas; o fomento ao diálogo intra-institucional entre primeira e segunda instâncias e à promoção de capacitações, especialmente relacionadas aos precedentes qualificados e a integração ao Banco Nacional de Precedentes (BNP). Quanto ao último tópico, aproveitou para salientar que a Corte Estadual já está integrada ao BNP.

Além disso, compartilhou a informação sobre a composição e estrutura das unidades de admissibilidade de recursos dirigidos aos Tribunais Superiores nos Tribunais de Médio Porte.

6. APRESENTAÇÃO DO PAINEL DE SOBRESTAMENTO DO CNJ

A servidora do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC) apresentou



o Painei de Sobrestamento do CNJ, indicado em uma das palestras do Encontro dos Vice-Presidentes dos Tribunais de Justiça e mencionou ser fundamental o saneamento dos dados para alcançar a convergência das informações enviadas por meio do DataJud, Codex e Banco Nacional de Precedentes (BNP).

Acrescentou que o NUGEPNAC, por meio da aplicação de filtros na tabela extraída do Painei de Sobrestamento e da consulta de processos nos sistemas judiciais e no sistema informatizado NUGEP, vem buscando mapear manualmente as divergências identificadas, com a finalidade de apresentá-las à SETIM/CSJUD para análise e definição de soluções viáveis nos sistemas para a sua correção.

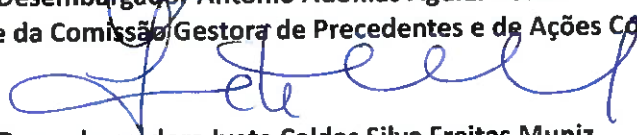
A servidora do Núcleo sinalizou que, em primeiro levantamento, já identificou algumas situações que precisam ser corrigidas, entre essas, movimentação por precedente qualificado sem a indicação do tema respectivo que envolve um número expressivo de processos em uma única Unidade Judiciária. Tendo em vista o cenário apontado, o Presidente da COGEPAC e a Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz manterão contato com o juiz da Unidade Judiciária para alinhar, entre outros pontos, treinamento do servidor/assessor pelo NUGEPNAC.

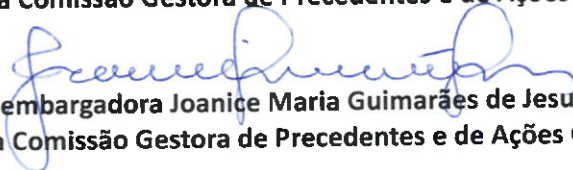
A servidora do NUGEPNAC mencionou que ano passado, a convite da DPG, foi ministrado treinamento aos servidores sobre as movimentações processuais aplicáveis aos precedentes qualificados.

PONTOS PRINCIPAIS/SUGESTÕES

- 1) A próxima reunião encontra-se agendada para o dia **23/05, às 14h, na sala 310, Anexo II**, conforme calendário previamente aprovado;
- 2) Dra. Silvia Lúcia Bonifácio Andrade de Carvalho identificará um tema (precedente qualificado) a ser sugerido pela COGEPAC para a DPG, na área do consumidor ou cível;
- 3) O Presidente da COGEPAC e a Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz entrarão em contato com o magistrado da Unidade Judiciária para alinhar entre outros pontos, treinamento dos servidores e assessores pelo NUGEPNAC.


Desembargador Antônio Adonias Aguiar Bastos
Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas


Desembargadora Ivete Caldas Silva Freitas Muniz
Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas


Desembargadora Joaquina Maria Guimarães de Jesus
Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas


Desembargador Edson Ruy Bahiense Guimarães
Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas


Juíza Silvia Lúcia Bonifácio Andrade Carvalho
Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas



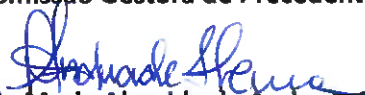
Juiz Humberto Nogueira

Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas



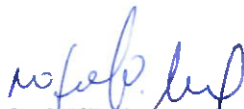
Juíza Adriana Sales Braga

Membro da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas



Líbia Maria Almeida de Andrade F. Lima

Servidora



Rafael Oliveira Saraiva

Servidor